

UMA ANÁLISE DOS RELATOS DE MÁRCIA RACHID EM SENTENÇA DE VIDA

Eulina Souto Dias*

Azemar dos Santos Soares Júnior**

Era uma tarde de 1991. Uma década após o surgimento dos primeiros casos de HIV e aids nos Estados Unidos, e, posteriormente, no Brasil. Nessa época, a médica Márcia Rachid, estava atuando há alguns anos no atendimento às pessoas que viviam com o vírus do HIV, assim como, as que já haviam desenvolvido a doença, aids. Ainda muito jovem, ela havia terminado sua graduação em medicina, em 1982, em seguida, enveredou em uma pós-graduação na área de imunologia, que lhe oportunizou ter contato com casos de infecção pelo vírus do HIV, contudo, na época, ainda não era sabido se aquelas respostas imunológicas eram consequências da manifestação desse vírus, pois os primeiros testes, no Brasil, só puderam ser realizados a partir de 1985. Podemos observar que essas primeiras vivências influenciaram fortemente os rumos que a esculápia Márcia Rachid seguiria profissionalmente, haja vista que, anos mais tarde, ela retornou à academia para cursar um mestrado em doenças infecciosas e parasitárias, o que lhe conferiu um título de médica infectologista. Contudo, não foi apenas no âmbito trabalhista que as experiências vividas por ela provocaram transformações. Márcia envolveu-se afetivamente com seus pacientes, suas histórias e abraçou a causa política, lutando em prol de direitos para as pessoas que vivem com HIV/aids buscando – através da sua postura e atuação – combater o preconceito. Uma das consequências desse seu engajamento está na fundação do Grupo Pela Vidda¹⁰, ao lado do sociólogo, escritor e ativista político, Herbert Daniel, em 1989.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. Bolsista CAPES.

** Professor Adjunto do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo, na área de Didática e Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DPEC/UFRN), Campus Natal.

¹⁰ O Grupo Pela VIDDA do Rio de Janeiro (GPV-RJ) foi fundado em 24 de maio de 1989 e trata-se do primeiro Grupo do Brasil formado por pessoas com HIV e aids, seus amigos e familiares.

Começamos esse texto, entretanto, falando de uma tarde do ano de 1991, então retornemos a ela. Naquele dia, Márcia havia ganhado o livro “*História da Loucura*”, do escritor francês Michel Foucault. Tal livro tinha a seguinte dedicatória:

O limiar entre o que chamamos de loucura e sanidade é tênue e tão frágil, que por diversas vezes não sabemos de qual lado estamos. Estamos sempre por um fio, mas é na loucura que vivemos a vida mais festivamente. Foi bom ter encontrado você em meio a minha loucura e contribuírei para a sua sendo seu amigo. (RACHID, 2020, p. 25).

O paciente que lhe presenteou com esse livro já estava com a deficiência imunológica avançada quando a conheceu. Ele apresentava lesões de sarcoma de Kaposi na pele do corpo todo, assim como, nos pulmões. Ela relata que ele quase não saía de casa, sentia falta de ar aos esforços e tossia, assim, ela passou a andar no ritmo dele. “Às vezes, eu reduzia o passo e parava antes da próxima crise de tosse” ((RACHID, 2020, p. 25). Ela observara nesse paciente – e também amigo – a felicidade em caminhar ao seu lado, porque ela conhecia os limites físicos dele, algumas vezes, inclusive, ela o medicava para que eles pudessem sair para assistir um show que eles gostassem ou para que pudessem ir jantar em um restaurante.

Esses relatos nos mostram que Márcia se permitiu a experiência de ser tocada e transformada por meio do encontro com o outro, que era diferente de si. Por meio da relação que estabeleceu na diferença, no contato e na troca, ela transformou a si mesma. Somos corpos que se relacionam com outros corpos, podendo afetar e sermos afetados. Em André Martins (2009), vemos que, de acordo com o filósofo holandês Baruch Spinoza, só vivemos, pensamos e agimos, a partir de afetos. Para esse filósofo, em meio as afecções, o homem pode conhecer a si próprio nas relações. Isto é, pode conhecer seus afetos, voltando ao seu favor o acaso e o inevitável, de modo a aumentar a sua potência de agir. Há mais de trinta anos, Márcia Rachid tem atuado prestando assistência às pessoas que vivem com HIV/aids, e – como podemos observar, nos relatos supracitados – tem sido afetada por essas vivências e encontros sensíveis.

Ela relata que a sua amizade com esse paciente a despertou para novas definições de pouco e muito. Pois, ela mudou seus conceitos sobre pequenas e grandes alegrias. “Ele usava bermuda e camisa de mangas curtas. Percebeu que não enxergavam as lesões na sua pele quando entrávamos no restaurante tagarelando. Ficávamos radiantes com tão pouco.” (RACHID, 2020, p. 25). Pequenos ganhos cotidianos, muitas vezes, soavam como imensuráveis vitórias para os seus pacientes, e, conseqüentemente, para ela que passou a sentir em si, as dores e alegrias desses outros que atravessavam sua vida produzindo vínculos que ultrapassavam os muros dos hospitais e saíam dos consultórios onde fazia seus atendimentos.

Na primeira internação do paciente supramencionado, ela precisou telefonar para a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), pois seguradoras e empresas de medicina de grupo não autorizavam a hospitalização de pacientes com HIV. Ela relata sua angústia ao pensar nele sozinho no CTI durante a noite, dessa maneira, acabava saindo indo vê-lo. Ela observava que ele estava exausto com os procedimentos, entradas e saídas de hospitais, sessões de quimioterapia, “ele dizia que precisava morrer” (RACHID, 2020, p. 26). De acordo com Márcia, ele teria vivido cerca de um ano após o diagnóstico, e, ao morrer, lhe deixou uma carta que ela compartilha conosco o seguinte trecho:

“Na tragédia que nos uniu ainda encontro alguns momentos de alegria, poucos, é verdade, mas profundamente intensos. Um dos mais agradáveis é quando você surge na minha frente. Sabe por quê? Porque o melhor medicamento que me prescreveu foi seu amor. O protocolo mais eficaz a que me submeteu soma quimioterapia com carinho e atenção. Sua energia me dá força e ilumina” (RACHID, 2020, p. 26).

Observamos que as experiências relatadas pela infectologista expressam encontros atravessados pelas sensibilidades e a potência dos afetos. Os relatos escritos por Márcia Rachid, em *Sentença de Vida*, partem de memórias individuais – das suas experiências – mas que dialogam e nos oportunizam acessar aspectos de memórias coletivas, pois como afirma Maurice Halbwachs (2013), há uma relação íntima entre o individual e o coletivo, haja vista que boa parte das lembranças de um indivíduo é relativa a momentos compartilhados com outros, nas interações sociais. E, relembro que, essas experiências relatadas pela médica, partem, sobretudo, de um momento no qual a epidemia de aids nos Brasil estava produzindo devastação na condição física e psicológica de uma geração.

A partir da leitura que Pascal Sévérac (2009) faz de Spinoza, ele apresenta que um corpo ativo é um corpo cuja sensibilidade afetiva é forte, flexível. E, o aumento da sensibilidade afetiva do corpo, é também o aumento da potência de pensar da mente, pois o que uma mente pode conhecer é correlato ao que um corpo pode experimentar. André Martins (2009) mostra que, em Spinoza, a razão é pensada não mais como instância distinta dos afetos, mas como um modo de conhecimento, de condução da nossa compreensão do mundo que vai permitir ou favorecer a que a gente possa transformar afetos passivos em afetos ativos. Então, a razão em Spinoza é uma razão que não se separa da vida, dos afetos, da corporeidade. Uma razão imersa no mundo sensível como uma auxiliar dos nossos afetos. Os nossos afetos são ativos quando nós estamos criando as nossas próprias ações, quando ele parte da espontaneidade.

Os aprendizados construídos por Márcia Rachid nos conduzem a reflexão em torno dos usos que podemos fazer daquilo que nos acontece. De como podemos nos tornar sujeitos ativos

capazes de ressignificar as nossas experiências e nos construirmos de outros modos e a partir de outros lugares na existência. Com os relatos que essa médica produziu acerca das suas lembranças, analisamos a construção de uma nova estética da sua própria existência. Ela se descobriu e redescobriu imersa nessa experiência de cuidado do outro e de si mesmo.

No prefácio de “Sentença de Vida” o jornalista Mauro Ferreira registra que Marcia Rachid quebra o estereótipo do médico frio, insensível e impessoal. Pois, cada paciente dessa médica é tratado como um ser individual, um ser humano a quem ela se apega, por quem torce, de quem vira amiga. Lágrimas e risos brotam de sua cumplicidade com os pacientes. Em uma de suas primeiras narrativas, nesse livro que é baseado em recortes de sua vida, ela diz:

“Foram muitas situações, cada uma com sua especificidade. Muito afeto envolvido [...] Emoções tão fortes que quase chego a sentir cada uma delas quando fico pensando, aqui no meu canto, ou quando relato fatos ocorridos com tantas pessoas que entraram e ficaram na minha vida” (RACHID, 2020, p. 19).

Destacamos a importância de analisar no trecho acima que a fala dela nos provocar ao entendimento que, embora muitos pacientes tenham morrido e já não estejam mais no convívio dela, eles perduram em sua vida através daquilo que ela veio a ser após as afetividades construídas, os vínculos enraizados e as aprendizagens produzidas na relação. Isto posto, seus pacientes-amigos têm deixado com ela mais que lembranças, eles deixam um pouco de si na Márcia Rachid que foi sendo construída, como podemos ver no trecho abaixo:

“O medo foi um sentimento importante, porque eu percebi que esse não era um privilégio meu. Medo de não ter amor, da violência, da solidão e da morte. O medo me aproximou delas, porque foi o primeiro sentimento que identificamos ter em comum, que já dividimos; e isso motivou meu fascínio e nossa amizade” (RACHID, 2020, p.42).

Sua prática cotidiana a fez perceber que não era tão diferente ou distante dos seus pacientes. Que eles, assim como ela, partilhavam de medos, angústias, sentimentos que são comuns a todos. Com o diferencial que essas pessoas, que viviam com HIV/aids, enfrentavam além do estigma da doença que os acompanhava, o de ser um corpo doente. Lembramos aqui do peso dos julgamentos morais que se disseminou nas primeiras décadas da epidemia de HIV/aids no Brasil, sobretudo, nos discursos propagados pela mídia que causavam medo, aflição e pânico, que acabou penetrando nos comportamentos sexuais.

Em alguns de seus relatos a médica narra um pouco dos conflitos que seus pacientes necessitaram enfrentar no cenário social, em virtude do preconceito, como, por exemplo, na narrativa intitulada abaixo-assinado, na qual ela conta que moradores de um prédio em Copacabana, RJ, fizeram, em 1989, um abaixo-assinado para expulsar alguém gravemente doente, que havia sido infectado por transfusão de sangue. Segue afirmando “foi revoltante ver a mãe

desesperada diante do estado do filho, tendo que buscar apoio judicial para garantir a permanência dele na sua própria residência” (RACHID, 2020, p. 35).

No período em questão, o que foi descrito por Márcia acabara sendo cenas frequentes no cotidiano de quem vivia com HIV/aids. O escritor Caio Fernando Abreu, reconhecido internacionalmente, escreveu em uma carta a sua amiga Lucienne Samôr em fevereiro de 1995 “Não tenho pena de mim, mas por vezes sinto falta de amor. Fico sempre muito só. [...] Virei uma figura pública desumanizada – todos-o-admiram-mas-ninguém-o-convida-para-dançar-porque-é-perigoso, você conhece esse filme, não?”. No trecho da carta de Caio Fernando podemos ver a expressão de um sentimento que era compartilhado por muitas pessoas que viviam com HIV/aids, o sentimento de solidão, a exclusão ou morte em vida, como falava Daniel ao construir o conceito de morte civil.

Herbert Daniel observou que os indivíduos com HIV estavam sendo marginalizados, discriminados e vitimizados por uma série de estigmas que os levava a um processo de clandestinidade. E, com vistas nesse cenário, ele desenvolveu o conceito de morte civil para pensar a existência daqueles que além de se verem afetados por uma doença grave, precisavam vive-la solitária e clandestinamente. Sendo isso para ele “[...] a pior tragédia que pode ocorrer a uma pessoa com Aids” (DANIEL, 1989, p. 23).

Lembramos que Herbert Daniel e Márcia Rachid eram amigos próximos, assim a amizade que ela construiu com o ativista também fez parte do seu processo de afetação com relação às questões voltadas ao público que vive com HIV/aids. Em torno dessa questão da morte civil, ela fala sobre a fundação do Grupo Pela Vida e relata:

A luta contra a morte civil ganhava força e aliados. A solidariedade era despertada por meio de entrevistas, palestras, boletins, revistas e jornais. A sociedade deveria aprender que os indivíduos com HIV continuavam sendo cidadãos. Herbert Daniel criou o slogan: “viva a vida”, dito (ou gritado) em todos os eventos do grupo. Em um de seus livros, “Vida antes da morte”, escrito em 1989, conta: “quando adoeci, com uma infecção típica da aids, percebi que a primeira pergunta a ser respondida é se há vida, e qual, antes da morte. Querem matar os doentes de aids condenando-os à morte civil.” (RACHID, 2020, p.23 e 24).

Ao confrontar a violência gerada pelos preconceitos que faziam crer que os homossexuais estavam sendo castigados por uma culpa que carregavam, Herbert Daniel mostrou que o corpo não é apenas um lugar de experimentação e vivência, mas também de intencionalidades. Era preciso enfrentar aqueles que viam as pessoas com HIV/aids, como relapsos, em vez de doentes. Daniel possuía um corpo e uma existência marcados por estigmas,

pois como mostra James Green (2018), ele foi marginalizado pela sua sexualidade, pela sua militância radical contra a ditadura e pela sua luta em defesa das pessoas com HIV/aids.

Retomamos que o fato de os primeiros casos de aids terem sido constatados em homens gays contribuiu significativamente para a estigmatização das pessoas com a síndrome nos primeiros anos após a sua descoberta. A aids, como destaca Susan Sontag (2007), causou uma calamidade coletiva. Inicialmente, entendida, acima de tudo, como uma peste que seria ao mesmo tempo um “castigo merecido” e uma doença em potencial que poderia afetar qualquer um, tendo sido decisivo para que ela se tornasse um meio simbólico de controle, principalmente, do comportamento sexual da sociedade. Assim, a atuação de ativistas como Herbert Daniel e de médicas como Márcia Rachid, foram primordiais para a desconstrução de estigmas.

Ao refletirmos em torno da desconstrução de estigmas, trazemos à tona um trecho em que Márcia Rachid enfatiza a relevância e influência que Daniel teve na sua trajetória e de muitos que os acompanhava:

Herbert Daniel exerceu grande influência em muitos de nós. Fico me lembrando de suas frases. Recentemente, recebi pelo celular esse trecho de um de seus livros, escrito em 1990 ‘...gostaria de agradecer de público ao Walter Almeida, a Rosamélia Cunha e a Márcia Rachid, que me ensinaram que o AZT não se toma com ilusões. Deve ser ingerido com solidariedade e consciência’. O tempo retrocedeu ao reler. Parecia que o ouvia. (RACHID, 2020, p.23 e 24).

Solidariedade. Poderíamos dizer que essa é uma palavra imprescindível ao analisarmos os relatos de Márcia Rachid. Ela construiu laços de solidariedade e estéticas da amizade com aqueles que foi conhecendo e acompanhando ao longo da sua trajetória enquanto médica. Vínculos importantes para os seus pacientes, que recebiam o acolhimento. E para ela, que se predispôs a aprender a traçar e trilhar novos caminhos. Em uma de suas lembranças, ela narra que, em 1986, conheceu um paciente que vivia com HIV e estava com tuberculose ganglionar. Ele adorava contar histórias, falar sobre as viagens que havia feito... Um dia a perguntou sobre o seu passaporte, porque haveria uma conferência em Washington, ele desejava que ela fosse, assim, a presenteou e afirmou “um presente para você nunca desistir dessa luta” (RACHID, 2020, p. 21). Ela relata acerca da sua preocupação em viajar e deixá-lo, mas diz que ele afirmou que esperaria que ela retornasse. Assim, em 1987, ela embarcou rumo ao desconhecido tomada por uma mistura de sentimentos. Márcia narra que a conferência foi impecável e nunca esqueceria daquele presente ou teria como agradecer. Ao retornar para o Brasil, ela relata:

Quando voltei, estava gravíssimo. Sorriu e me deu um abraço tão apertado que o tenho em mim para sempre. Com a voz fraquinha e ofegante murmurou: quase não deu para esperar. Foi uma sensação de alívio aquele reencontro. Ele afirmou que estava vivo porque

assim fora combinado. Nem sei o que sentiria se fosse de outro jeito. Viveu mais uns dias. Dias marcantes. No dia em que morreu, em agosto de 1987, fiquei ao seu lado por um longo tempo.” (RACHID, 2020, p. 21).

Os relatos de Márcia Rachid, que possibilitam que nos debruçemos sobre as sensibilidades das suas vivências com os seus pacientes, tornaram-se objetos de estudo da história com a Nova História Cultural. No século XX, ampliaram-se as possibilidades de caminhos e sinais através dos quais olhamos o passado, logo, paradigmas foram quebrados à medida que outros modos de compreensão e produção da história foram elaborados. A partir da Nova História Cultural surgiram outras possibilidades de construir a narrativa historiográfica observando sensibilidades de outro tempo e das ações do outro no tempo, assim, a história ganhou novas cores, aromas, sabores, surgiram novos sujeitos.

Com a História Cultural tornou-se possível para nós, historiadores, nos debruçarmos sobre investigações relacionadas à questão do indivíduo, da subjetividade e das histórias de vida, oportunizando, inclusive, o desenvolvimento desse texto que, dialoga com o campo da História da Saúde e das Doenças em adição à História Cultural e das Sensibilidades. Ressaltamos que com a História Cultural lançamos um olhar para as doenças observando-as para além de eventos biológicos.

Esse texto, que utilizou os relatos da médica infectologista Márcia Rachid como fonte, observou as doenças enquanto construções sociais que possuem aspectos culturais e históricos. Como afirmou o historiador Jacques Le Goff (1985, p. 9) a “[...] doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações”.

Dentro desse caminho percorrido, buscamos fazer, brevemente, um diálogo entre como a doença foi recepcionada na esfera social, em seu contexto de surgimento, pensando os estigmas que atravessaram os corpos dos doentes e as ações de algumas pessoas que foram na contramão dos discursos discriminatórios que se disseminavam na época e buscaram criar espaços de solidariedade e estéticas da amizade respeitando as diferenças e estendendo a mão aos doentes que, além de enfrentarem o sofrimento ocasionado pela doença, também enfrentavam as dores da exclusão e solidão. Foi preciso que ao longo da história da aids no Brasil surgissem outras pessoas com a coragem da verdade de Hebert Daniel e Márcia Rachid para que tabus fossem desconstruídos e práticas que marginalizavam os doentes fossem desnaturalizadas. Hoje, embora ainda haja discriminação às pessoas que vivem com HIV ou aids, as agressividades direcionadas a esses grupos diminuíram significativamente com as campanhas que buscam educar a população

para o entendimento acerca do que é o vírus, como ele é adquirido e quais cuidados devem ser tomados, além das ações de grupos e ativistas.

Chegamos em 2023 com muitas possibilidades de prevenção e cuidado. A aids, atualmente, é uma doença crônica. Destarte – mantendo os cuidados necessários – é possível ter uma vida ativa, saudável e prolongada. Os relatos de Márcia Rachid são relevantes, pois, embora represente ações individuais – de uma médica com os seus pacientes – eles retomam trajetória de vida daqueles que enfrentaram a epidemia em suas primeiras décadas, quando ainda não havia tratamentos seguros para os cuidados necessários. Como a narrativa de Márcia Rachid nos mostra, a história da aids não é a história de corpos que se esvaíram com a morte. É história de corpos que, sobretudo, viveram. Viveram intensamente, mesmo com o estigma, o preconceito e a solidão. Assim, finalizamos o texto com um trecho no qual Márcia nos diz:

“Por ter passado por tantas perdas, aprendi que vale a pena amar mesmo sabendo que não mais abraçarei nem ouvirei a voz de quem se foi. Agora sei que saudade tem vários nomes. Gostaria de escrever todos ou muitos que ficaram gravados em mim. Hoje sei que saudade é uma palavra única e nunca tem um nome só.” (RACHID, 2020, p. 63).

Atravessados pela narrativa sensível de Márcia Rachid nos deparamos com a potência dos encontros e dos afetos. Com as possibilidades de aprendizagens e transformações de si, na relação com o outro. Uma médica, que com seus pacientes terminais, aprendeu sobre viver, sobre amar e sobre seguir, apesar das perdas que ficam pelo caminho.

Referências

- ABREU, Caio Fernando. *Cartas*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- DANIEL, Herbert. *Vida antes da morte*. Editora Jaboti, 1989.
- GREEN, James. *Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Tradução Marília Sette Câmara. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.
- RACHID, Márcia. *Sentença de vida – histórias e lembranças: a jornada de uma médica contra o vírus que mudou o mundo*. – Rio de Janeiro, RJ: Máquinas de Livros, 2020.
- SONTAG, Susan. *A doença como metáfora. A aids e suas metáforas*. Tradutor: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia de Bolso; Edição de bolso, 2007.